



Relatório de Gestão

Aon Portugal, SA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

AON PORTUGAL, S.A.

EXERCÍCIO DE 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO

A Aon Portugal, S.A., anteriormente denominada por Aon Portugal – Corretores de Seguros, SA, procedeu à alteração da sua denominação social no final do exercício de 2018. A Empresa tem como principal atividade a corretagem de seguros e consultoria em gestão de riscos. Para além de fazer a intermediação entre clientes e companhias de seguros e a gestão da carteira de seguros dos seus clientes dedica-se à consultoria em gestão de riscos, reforma, saúde e capital humano.

A Empresa faz parte integrante do grupo multinacional Aon, o qual é detido pela empresa-mãe – Aon Global Limited, Londres, Reino Unido.

GOVERNO SOCIETÁRIO

O capital social da sociedade de EUR 14.394.790, representado por 2.878.958 ações de valor nominal de 5 Euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo subscrito em 100% pela sociedade Aon Southern Europe y Cía, S.C..

Nos aumentos de capital social em numerário os acionistas têm o direito de preferência na proporção das ações que possuem, salvo se a Assembleia Geral, de acordo com a lei, deliberar de forma diferente.

A sociedade pode emitir obrigações nos termos das disposições legais aplicáveis e nas modalidades permitidas por lei, em conformidade com as condições que vierem a ser deliberadas pela Assembleia Geral.

A aquisição e alienação de ações e obrigações próprias poderão realizar-se nas condições e com os limites da lei.

A Assembleia Geral representa a universalidade dos acionistas e as suas deliberações, quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos da sociedade, são obrigatórias para todos os acionistas. Constituem a A.G. todos os acionistas com direito de voto. A cada cem ações corresponde um voto. A mesa da A.G., a eleger por um mandato de quatro anos, prorrogável uma ou mais vezes, é constituída por um presidente e por um secretário, os quais podem ser acionistas.

O conselho de administração, a eleger em Assembleia Geral para um mandato de quatro anos, prorrogável uma ou mais vezes, é composto por três a nove membros efetivos. A A.G. que eleger o conselho de administração designará o respetivo presidente, podendo igualmente eleger administradores suplentes até ao limite fixado por lei.

A responsabilidade de cada administrador deverá ser caucionada por alguma das formas admitidas por lei, na importância que for deliberada em assembleia geral fixando-se aquela, pelo menos, no limite

mínimo fixado por lei, exceto se a A.G. deliberar a dispensa de caução por parte dos administradores, verificado que seja o condicionalismo legal.

Compete, em geral, ao Conselho de Administração prática de todos os atos de gestão da sociedade de prossecução do respetivo objeto social, designadamente, aqueles que não caibam na competência expressamente atribuída pelos estatutos ou pela lei a outros órgãos sociais.

Um Conselho de Administração pode delegar a gestão corrente da sociedade num administrador-delegado ou numa comissão executiva. Esta última será formada por três membros do Conselho de Administração, escolhidos pelo próprio C.A.

O Conselho de Administração reunirá quando e onde o interesse social o exigir, uma vez convocado, por qualquer forma legalmente admitida, pelo presidente ou quaisquer outros dois administradores.

As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos administradores presentes ou representados, tendo o presidente ou quem o substitua voto de qualidade.

A sociedade fica obrigada: a) pela assinatura conjunta de dois administradores; b) pela assinatura conjunta de um administrador e de um procurador, mandatado pelo conselho de administração para a prática desse ato ou categoria de atos; c) pela assinatura de um administrador, ou de um ou mais procuradores, quando mandatados pelo conselho de administração para a prática desse ato ou categoria de atos.

A sociedade obriga-se com a assinatura de três administradores, ou somente de dois administradores, contando que um destes últimos seja o presidente do conselho de administração, nos seguintes casos: a) aquisição, alienação, oneração, arrendamento ou trespasse de quaisquer bens imóveis ou estabelecimentos; b) aquisição, alienação ou oneração de quaisquer participações da sociedade noutras sociedades; c) contração de empréstimos ou celebração de contratos de financiamento, incluindo empréstimos e financiamentos a longo prazo, internos ou externos; d) prestação de cauções e quaisquer garantias pela sociedade; e) aquisição ou alienação de carteiras de seguros.

A fiscalização da sociedade compete a um fiscal Único e a um Fiscal Único Suplente. Compete à Assembleia Geral designar os revisores oficiais de contas ou as sociedades revisores oficiais de contas que assumirão o cargo de Fiscal Único e Fiscal Único Suplente a eleger em A.G., por um mandato de três anos, prorrogável uma ou mais vezes.

ECONOMIA PORTUGUESA

O ritmo de expansão da economia portuguesa manteve-se robusto (2,1%), evolução que traduz, no entanto, uma desaceleração face aos 2,8% registados em 2017. De acordo com as projeções publicadas pelo Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá continuar a crescer no período 2019-21, embora a um ritmo ligeiramente inferior ao registado nos últimos anos.

À semelhança do observado nos últimos anos, o padrão de crescimento projetado para a economia portuguesa permanece assente no crescimento do consumo privado, no dinamismo da formação bruta de capital fixo (FBCF) e no aumento sustentado das exportações. O peso das exportações no PIB deverá situar-se em cerca de 47% em 2021, aumentando cerca de 3 pontos percentuais (pp) do PIB face a 2018. Esta evolução traduz-se no aumento continuado do grau de abertura da economia portuguesa.

O investimento teve também um contributo positivo para o crescimento em 2018, devido essencialmente ao investimento em equipamento. Apesar do abrandamento, a taxa de desemprego continuou a diminuir fixando-se em 7.0% (-1.9 p.p. face a 2017). Ao mesmo tempo, a população empregada cresceu 2.3% face ao período homólogo em 2018, um crescimento impulsionado pelo setor dos serviços, nomeadamente os relacionados com o setor público.

A procura externa líquida apresentou um contributo mais negativo, observando-se uma desaceleração das Exportações de Bens e Serviços mais acentuada que as Importações de Bens e Serviços. Em termos nominais, o Saldo Externo de Bens e Serviços representou 0,1% do PIB (1% em 2017).

O consumo privado apresentou, em volume, um aumento de 2,5% em 2018, 0,2 p.p. abaixo do verificado em 2017. As Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes em bens não duradouros e serviços aceleraram para 2,3% (1,8% em 2017), enquanto a componente de bens duradouros desacelerou para 5% (6% em 2017).

O consumo público, por seu lado, registou uma variação de 0,8% (0,1% no ano anterior).

O Investimento aumentou 5,6% em termos reais em 2018, após ter registado um crescimento de 8,4% no ano anterior, refletindo a desaceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) para uma taxa de variação de 4,4% (9,0% em 2017). A Variação de Existências apresentou um contributo positivo de 0,2 p.p. para a variação do PIB, após o contributo nulo verificado no ano transato.

A FBCF em Outras Máquinas e Equipamentos foi a componente que mais contribuiu para a desaceleração da evolução da FBCF total em 2018, registando um aumento de 6,7%, após ter crescido 14,4%, em 2017.

As Exportações de Bens e Serviços em volume registaram, em 2018, uma taxa de crescimento de 3,7% (7,9% no ano anterior), refletindo a desaceleração de ambas as componentes. As exportações de bens passaram de uma taxa de variação de 6,8% em 2017 para 3,6% e as exportações de serviços de 10,9% para 3,8% em 2018.

As Importações de Bens e Serviços registaram um crescimento de 4,9% (7,9% em 2017), com uma desaceleração de ambas as componentes. As importações de bens aumentaram 5,1% (8% em 2017), enquanto as importações de serviços registaram uma taxa de variação de 3,6% em 2018 (7,5% em 2017).

Em 2018, a deterioração dos termos de troca foi menos acentuada que no ano anterior.

Por sua vez, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base registou uma variação de 1,7%, em 2018, o que representou uma diminuição de 0,7 p.p. face ao observado em 2017.

O VAB do ramo da Indústria foi o que mais contribuiu para esta desaceleração, passando de uma taxa de variação de 3,6% para 0,6% e de um contributo de 0,5 p.p., em 2017, para 0,1 p.p., em 2018, para a variação do VAB total.

O VAB dos ramos Atividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias, após ter aumentado 0,1% em 2017, registou em 2018 uma taxa de variação de 1,2% em volume, contribuindo em 0,2 p.p. para a variação do VAB total.

O emprego, para o conjunto dos ramos de atividade, registou uma variação de 2,3% em 2018 (3,3% no ano anterior), tendo o emprego remunerado aumentado 2,9% (3,4% em 2017).



A taxa de inflação em 2018 registou um incremento de 0,7%, menos 0,9 p.p. que no ano anterior.

As taxas de juro diretoras do Banco Central Europeu apresentaram-se inalteradas face a 2017. No final de Dezembro 2018 as taxas situavam-se em 0% para refinanciamento, 0,25% para cedência de liquidez, -0,4% para depósito e a EONIA apresentava um percentual de -0,36.

MERCADO SEGURADOR

Com base nos dados da ASF, no ano de 2018, o volume da produção de seguro direto em Portugal foi superior a 12,9 mil milhões de euros, refletindo um acréscimo de 11,7% face ao valor verificado em 2017. De referir que a quota de mercado das empresas sob supervisão prudencial da ASF corresponde a 90,6% (cerca de 11,7 mil milhões).

Quadro 1 - Produção* de seguro direto em Portugal - Mercado

	2015	2016	Δ 16/15	2017	Δ 17/16	2018**	Δ 18/17
	u.m: milhões de euros						
Vida	8 671	6 677	-23,0%	7 089	6,2%	8 114	14,5%
Não Vida	3 993	4 194	5,0%	4 494	7,1%	4 827	7,4%
TOTAL	12 664	10 872	-14,2%	11 582	6,5%	12 941	11,7%

* Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço

** Valores provisórios

No que respeita à estrutura do mercado das empresas de seguros sob supervisão prudencial, registou-se a diminuição de duas empresas de seguros, uma por fusão e outra por transformação em sucursal de uma empresa de seguros com sede na União Europeia. No âmbito das sucursais de empresas de seguros da União Europeia verificou-se a saída de duas sucursais e a entrada de sete (das quais cinco relacionadas com o Brexit).

Efetuada uma análise por ramos, o ramo Vida, tal como em 2017, registou um crescimento de 14,5%. Os ramos Não Vida, na tendência dos últimos anos, também apresentaram um aumento da produção 7,4%.

No ramo Vida de salientar os planos de poupança reforma (PPR) que apresentaram um crescimento de cerca de 55,5%, o que representa um aumento de 11,3 pontos percentuais no seu peso (42,9% em 2018 e 31,6% em 2017).

Para a referida evolução dos ramos Não Vida, salientam-se as contribuições dos ramos Acidentes e Doença (9,7%), Incêndio e Outros Danos (5,4%) e Automóvel (6,7%). Com grande relevância no ramo Acidentes e Doença, sobressai o crescimento de Acidentes de Trabalho pelo quinto ano consecutivo (13,5% em 2018).



Os custos com sinistros de seguro direto apresentaram um aumento de 3,7% face ao trimestre homólogo. Para este acréscimo foram determinantes os aumentos observados tanto no ramo Vida (4,6%) como nos ramos Não Vida (1,6%).

No Ramo Vida, esta evolução é explicada pela saída de contratos de investimento, em especial os não ligados, por vencimento. De referir que, neste período, os resgates apresentaram uma diminuição de 10,8% face ao período homólogo. A taxa de resgate, medida em função do valor das provisões e passivos financeiros dos produtos resgatáveis, foi de 8%, valor inferior ao verificado em dezembro de 2017 (9,1%).

A estrutura dos custos com sinistros de seguro direto dos ramos Não Vida tem sido idêntica ao longo dos trimestres homólogos. Saliente-se, contudo, que no período em análise, o ramo Automóvel registou um aumento de 2,5 pontos percentuais. Por seu lado, o ramo Incêndio e Outros Danos viu o seu peso diminuir 2,9 pontos percentuais no conjunto dos custos com sinistros dos ramos Não Vida.

FACTOS MARCANTES DO EXERCÍCIO

A Aon apresentou em dezembro de 2018 o seu Plano Estratégico para o triénio 2019-21 centrado na atividade em Portugal. Com o designio “Avançar”, o Plano Estratégico assenta em cinco prioridades: Talento, Modelo de Negócio, Liderança, Foco no Cliente e Excelência Operacional.

Ao longo do exercício de 2018, a Aon Portugal manteve a sua trajetória de crescimento sustentado. Este crescimento tem sido o reflexo da capacidade de retenção e obtenção de novos clientes. Um fator que tem sido muito importante neste crescimento é a aposta na inovação, mediante o constante desenvolvimento e disponibilização de instrumentos e soluções aos Clientes em Portugal, que vão ao encontro dos muitos desafios que as empresas e organizações Portuguesas enfrentam na gestão dos seus riscos e do seu talento.

Em 2018, a faturação total da Empresa apresentou um crescimento de 3%, face ao ano anterior, sendo que as áreas de negócio de H&B e AGRC, apresentaram-se como pilares estratégicos de negócio e registaram crescimentos a dois dígitos.

A aposta nas pessoas e a contratação de novos talentos, foi também um dos fatores que marcaram o ano de 2018 e que vem capacitar a empresa no desenvolvimento e expansão do seu negócio em Portugal.

A visibilidade da Aon Portugal e presença da Empresa em eventos corporativos também marcou o último ano, possibilitando um crescendo no reconhecimento e notoriedade da marca Aon, em

Portugal, junto dos seus clientes e potenciais clientes. Dois dos eventos marcantes no ano foram, a realização do Aon Insight Series que pela primeira vez reuniu em Lisboa (reuniões de largo espetro são projetadas para fornecer insights às empresas sobre como navegar num mundo com cada vez maior volatilidade), e a presença da Aon nos Encontros de Cascais um fórum de pensamento estratégico em que personalidades essencialmente da sociedade civil procuram discutir soluções para os problemas que o país e a Europa enfrentam.

As iniciativas de responsabilidade social são uma parte importante da cultura da Aon, e no ano levámos a cabo um conjunto alargado de eventos direcionados para várias comunidades em diversas geografias.

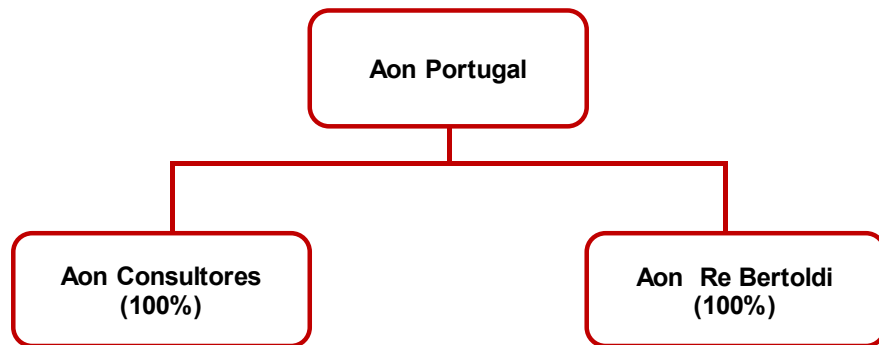
Mais uma vez, o exercício de 2018, distingue-se por uma estratégia continuada e apoiada no investimento e no desenvolvimento do projeto empresarial da Aon em Portugal, facto representativo da credibilidade da operação Portuguesa da Aon junto da sua casa mãe, fruto dos resultados alcançados e da posição de liderança conquistada num conjunto de projetos e iniciativas internacionais estruturantes para a empresa.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A estrutura atual de investimentos da Aon Portugal nas empresas suas participadas corresponde, em 31 de dezembro de 2018, a EUR 2.098.742, contra o montante de EUR 7.147.142 registado em 2017, sendo esta rubrica atualmente composta apenas por participações financeiras em sociedades do grupo Aon.

Comparativamente ao ano transato, verifica-se que o montante em investimentos financeiros referente a participações financeiras registou um decréscimo significativo de EUR 5.048.400. Tal redução deve-se ao pagamento de dividendos relativos a resultados transitados anteriores a 2017 por parte da subsidiária Aon Re Bertoldi à Aon Portugal, no valor de EUR 5.883.537. Por outro lado, esta redução foi parcialmente compensada com a valorização dos investimentos através da aplicação do método de equivalência patrimonial relativamente à participação da Aon Portugal nas sociedades Aon Consultores e Aon Re Bertoldi, cujos Resultados Líquidos ascenderam no final do exercício de 2018 a EUR 12.553 e EUR 822.584, respetivamente.

As participações da Aon Portugal são representadas da seguinte forma, no final do exercício de 2018:



RECURSOS HUMANOS

O exercício de 2018 foi marcado por um investimento significativo na capacidade da empresa atrair, desenvolver e reter os melhores quadros e colaboradores, que são uma componente fundamental da proposta de valor que apresenta aos seus clientes.

Assim, um constante investimento em formação, em vários domínios – comercial, comportamental, técnica - a promoção de estágios profissionalizantes juntos das melhores Universidades do País, procurando atrair talento jovem, com elevada qualificação e potencial e a exposição internacional de vários quadros, como forma de adquirirem experiência e competências em mercados mais desenvolvidos, foram atividades que se mantiveram e marcaram o ano 2018.

A posição de liderança que ocupa, a expansão do âmbito de atuação e a crescente exigência dos nossos clientes, obriga a que os colaboradores tenham fortes competências técnicas, focus no cliente, mobilidade e capacidade de adaptação às crescentes necessidades impostas pelo mercado.

ATIVIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No final do exercício de 2018, o volume de negócios registou um incremento, na ordem dos 3,1%, atingindo o valor de 14.685 mil euros.

Por seu lado, o EBITDA apresentou um decréscimo de 15%, quando comparado com o ano de 2017. O valor registado foi de 2.892 mil euros.

Se por um lado, o EBITDA beneficiou do incremento do volume de negócios registado com os serviços de corretagem de seguros e de consultoria de risco e pessoas e dos ganhos financeiros derivados das suas subsidiárias, por outro lado, o crescimento dos gastos, principalmente, relacionados com fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, tiveram um impacto negativo neste rácio.

O Resultado Operacional, seguiu a mesma tendência e registou um decréscimo de 23%, quando comparado com o ano transato, cifrando-se em 1.625 mil euros, beneficiando no entanto de um ligeiro decréscimo registado com amortizações e depreciações do exercício.

Enquanto os gastos com pessoal cresceram 12%, os gastos com fornecimentos e serviços externos registaram um incremento de 8%, face ao exercício anterior. Os crescimentos registados nestes gastos refletem o plano de crescimento e estratégia da empresa, quer na contatação de novos colaboradores e aposta no talento, quer no maior acesso e utilização da tecnologia e ferramentas disponibilizadas internacionalmente pelo grupo Aon para melhor servir os nossos clientes e que implicam um maior gasto para a operação portuguesa.

O quadro que se segue pretende demonstrar a evolução dos resultados da Empresa durante os dois últimos anos:

Resultados	2018	2017	A.18-A.17	A.18/A.17
Resultado Bruto	14.684.505	14.249.355	435.150	3%
EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	2.891.789	3.405.451	-513.662	-15%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.624.974	2.103.353	-478.379	-23%
Resultados antes de Impostos	1.638.597	2.129.053	-490.456	-23%
Resultado Líquido do Exercício	1.104.095	1.527.034	-422.939	-28%

PERSPETIVAS FUTURAS

A Aon tem como objetivo primordial reduzir a volatilidade que pode afetar os Clientes, contribuir para a melhoria das suas margens operacionais e apoiar o reforço do seu balanço.

A Aon é por definição e vocação uma empresa focada em contribuir com soluções de risk management. Apesar de existirem produtos para a gestão de riscos específicos, o nosso papel-chave está na consultoria de gestão de risco da empresa. Essa consultoria começa pela identificação dos riscos, daí se decidindo em conjunto com a empresa estratégias para a sua gestão, eventualmente com recurso à utilização de produtos de transferência.

As empresas necessitam cada vez mais de soluções que respondam aos seus riscos, mas que só em parte se resolvem com o seguro. Trata-se muito mais de diagnóstico, identificação dos riscos, da sua mitigação e da gestão de crise e reputação, do que da simples transferência de riscos através de um seguro.

O grau de impreparação das empresas para encarar o risco como uma fonte de vantagem competitiva é algo que os líderes empresariais devem considerar nas suas estratégias de negócio. As perdas decorrentes desta impreparação podem destruir a competitividade das empresas e minar a sua reputação e credibilidade.

Continuará o foco de atenção à cibersegurança precisamos de ter em consideração a multiplicidade de riscos que podem afetar uma empresa: riscos legais, operacionais, financeiros, reputacionais, entre outros. Por esta razão, as ameaças devem ser analisadas de uma perspetiva holística e evocar a intervenção de várias áreas da empresa.

As alterações demográficas são outro aspeto relevante de análise pela atividade seguradora. O envelhecimento da população está associado a um fenómeno demográfico caracterizado pelo decréscimo na fertilidade e um crescimento na esperança de vida. Uma menor taxa de nascimentos e o aumento da esperança de vida está a contribuir para uma alteração significativa na pirâmide etária das populações e consequentemente das empresas em geral.

Há também uma crescente atenção com as pessoas na empresa, a sua motivação, felicidade e bem-estar. Também nesta área procuram soluções entre as quais - mas não exclusivamente - seguros.

A preocupação com a saúde e bem-estar físico, emocional e financeiro dos colaboradores é hoje um dos principais desafios para as organizações modernas. Um colaborador que tenha acesso a boas condições de trabalho, e se sinta feliz e realizado, é mais produtivo, empenhado e fiel à organização. Para as empresas os ganhos não estão exclusivamente ligados ao desempenho. Os programas de bem-estar contribuem significativamente para reduzir os períodos de ausência e os custos associados à saúde e aos processos de despedimento e recrutamento.

A atual força de trabalho é mais exigente, dinâmica e tem prioridades distintas. Privilegia o conforto, o ambiente de trabalho e outros complementos que contribuam para o seu bem-estar e para o equilíbrio entre a sua vida profissional e pessoal. É por isso importante que as empresas desenvolvam programas de promoção de saúde e bem-estar que funcionem não só como um ponto de atração, mas também de retenção de talento.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no montante positivo de EUR 1.104.095 (um milhão cento e quatro mil e noventa e cinco euros) seja aplicado da seguinte forma:

- Reforço das Reservas Legais, no valor correspondente a 5% do resultado líquido do exercício: 55.205 Euros;
- Distribuição de dividendos pelo único acionista, no valor correspondente aos restantes 95%, num total de 1.048.890 Euros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração pretende distribuir a quantia de 430.512 Euros do resultado do exercício de 2018 pelos empregados. Esta distribuição já está afeta ao resultado líquido do exercício.

O Conselho de Administração agradece o esforço, resiliência e incondicional empenho de todos os colaboradores ao longo do ano de 2018.

O Conselho de Administração,



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS		NOTAS	Exercícios	
			2018	2017
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	6		505.779	541.748
Goodwill	8		4.908.072	5.609.225
Ativos intangíveis	8		2.830.571	3.234.982
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9		2.098.742	7.147.142
Outros Ativos financeiros	9		16.642	9.968
Ativos por impostos diferidos	10		42.008	31.939
			10.401.813	16.575.004
Ativo corrente				
Clientes	11		2.024.371	2.168.768
Terceiros - Tomadores de seguro	11		12.185.335	11.199.066
Terceiros - Seguradoras	11		432.931	339.558
Estado e outros entes públicos	19		126.509	127.589
Outras contas a receber	11		2.004.191	2.263.313
Diferimentos	12		138.299	147.149
Caixa e depósitos bancários	4 e 11		16.211.674	12.100.275
			33.123.310	28.345.718
Total do Ativo			43.525.123	44.920.721
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	13		14.394.790	14.394.790
Outros instrumentos de capital próprio	13		3.571.100	3.571.100
Reservas legais	13		962.200	885.848
Resultados transitados	13		-	-
Ajustamentos em Ativos financeiros			210.905	210.905
			19.138.996	19.062.643
Resultado líquido do exercício		13	1.104.095	1.527.034
Total do capital próprio			20.243.090	20.589.678
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	14		-	-
Passivos por impostos diferidos	10		183.371	193.942
Outras contas a pagar	17 e 18		140.736	339.859
Diferimentos	20		214.456	319.067
			538.563	852.868
Passivo corrente				
Fornecedores	17		124.456	232.274
Terceiros - Tomadores de seguro	17		619.939	348.305
Terceiros - Seguradoras	17		16.561.146	17.945.522
Adiantamentos de clientes	17 e 18		19.301	6.597
Estado e outros entes públicos	19		471.081	460.131
Outras contas a pagar - Subagentes	17		314.568	383.041
Outras contas a pagar	17 e 18		2.332.890	2.122.113
Diferimentos	20		2.300.088	1.980.193
			22.743.469	23.478.176
Total do passivo			23.282.033	24.331.044
Total do capital próprio e do passivo			43.525.123	44.920.721

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2018

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



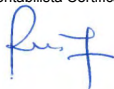
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Exercícios	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	21	14.684.505	14.249.355
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	835.137	1.025.501
Fornecimentos e serviços externos	22	(6.151.576)	(5.708.540)
Gastos com o pessoal	23	(6.605.089)	(5.888.203)
Imparidade de dívidas a receber (gastos) / reversões	11	(44.753)	(70.475)
Provisões (gastos) / reversões	14	-	-
Outros rendimentos e ganhos	21 e 25	425.158	161.677
Outros gastos e perdas	26	(251.593)	(363.863)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.891.789	3.405.451
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	24	(1.266.815)	(1.302.098)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis ((gastos) / reversões)	8	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.624.974	2.103.353
Juros e rendimentos similares obtidos	21 e 27	13.623	25.700
Juros e gastos similares suportados	27	-	-
Resultado antes de impostos		1.638.597	2.129.053
Imposto sobre o rendimento do exercício	10	(534.502)	(602.019)
Resultado líquido do exercício		1.104.095	1.527.034
Resultado por acção básico		0,38	0,53

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios		
		2018	2017 (reexpressão)	2017
Vendas e serviços prestados		14.684.505	14.249.355	14.249.355
Custo das vendas e dos serviços prestados		(1.171.071)	(1.180.202)	-
Resultado bruto		13.513.434	13.069.154	14.249.355
Outros rendimentos e ganhos		1.260.295	1.116.703	1.116.703
Gastos administrativos		(11.585.594)	(10.416.542)	(11.596.744)
Outros gastos e perdas		(1.563.160)	(1.665.962)	(1.665.962)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.624.974	2.103.353	2.103.353
Rendimentos (gastos) de financiamento (líquidos)		13.623	25.700	25.700
Resultados antes de impostos		1.638.597	2.129.053	2.129.053
Imposto sobre o rendimento do exercício		(534.502)	(602.019)	(602.019)
Resultado líquido do exercício		1.104.095	1.527.034	1.527.034
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da empresa-mãe		1.104.095	1.527.034	1.527.034
		1.104.095	1.527.034	1.527.034
Resultado por acção básico		0,38	0,53	0,53

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



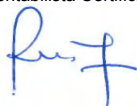
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		130.230.795	120.416.986
Pagamentos a fornecedores		(123.525.884)	(105.517.918)
Pagamentos ao pessoal		(3.135.512)	(2.722.024)
Caixa gerada pelas operações		3.569.399	12.177.044
(Pagamento) recebimento do imposto sobre o rendimento		(3.773.950)	(3.764.499)
Outros recebimentos (pagamentos)		(16.838)	(27.552)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(221.389)	8.384.993
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6	(113.690)	(111.869)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares	27	13.623	24.114
Dividendos		5.883.537	546.398
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		5.783.470	458.643
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		(1.450.682)	(3.561.207)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(1.450.682)	(3.561.207)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		4.111.399	5.282.429
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		12.100.275	6.817.846
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		16.211.674	12.100.275

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

Montantes expressos em Euros

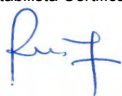
UNIDADE MONETÁRIA (Eur)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2018	1	14.394.790	3.571.100	885.848	-	210.905	1.527.034	20.589.678
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	76.352	1.450.682	-	(1.527.034)	-
		-	-	76.352	1.450.682	-	(1.527.034)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3						1.104.095	1.104.095
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					-	(422.939)	1.104.095
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO								
Distribuições	5	-	-	-	(1.450.682)	-	-	(1.450.682)
		-	-	-	(1.450.682)	-	-	(1.450.682)
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2018	6=1+2+3+5	14.394.790	3.571.100	962.200	-	210.905	1.104.095	20.243.090

UNIDADE MONETÁRIA (Eur)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2017	6	14.394.790	3.571.100	812.480	2.167.217	210.905	1.467.358	22.623.851
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	-	-	73.368	1.393.990	-	(1.467.358)	-
		-	-	73.368	1.393.990	-	(1.467.358)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8						1.527.034	1.527.034
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8					-	59.676	1.527.034
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO								
Distribuições	10	-	-	-	(3.561.207)	-	-	(3.561.207)
		-	-	-	(3.561.207)	-	-	(3.561.207)
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2017	6+7+8+10	14.394.790	3.571.100	885.848	-	210.905	1.527.034	20.589.678

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



Anexo às Demonstrações Financeiras

Aon Portugal, S.A.

31 de dezembro de 2018

Aon Portugal, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2018

Montantes expressos em Euros

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Aon Portugal, S.A. (adiante designada por “Empresa”, “Sociedade” ou “Aon Portugal”), com sede na Av. da Liberdade, 249 – 2º, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 500946728 e constituída em 20 de dezembro de 1979, tem como principal atividade a corretagem de seguros. Para além de fazer a interligação entre clientes e companhias de seguros, dedica-se à consultoria e gestão da carteira de seguros dos seus clientes. Note-se que a Empresa (Aon Portugal, S.A.) procedeu à alteração da sua denominação social, em Dezembro de 2018, cuja denominação anterior era Aon Portugal – Corretores de Seguros, S.A..

A Sociedade é detida em 100% pela Aon Southern Europe y Cía, SL, fazendo assim parte integrante do Grupo Aon, o qual é detido mundialmente pela empresa-mãe - Aon Global Limited, Londres, Reino Unido.

A empresa-mãe procedeu à transferência da sua anterior sede nos Estados Unidos da América para o Reino Unido, com data efetiva de 2 de abril de 2012.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 28 de março de 2019, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Com vista ao aumento da qualidade das demonstrações financeiras, este ano procedeu-se a uma alteração da Demonstração de Resultados por Funções de forma a evidenciar o custo dos serviços prestados, relacionados com cedências de comissões a subagentes autorizados e a outros escritórios Aon onde os nossos clientes detêm operações. Com efeito, procedeu-se a uma reexpressão do ano 2017, para efeitos de comparabilidade.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

A Empresa adotou o custo considerado na mensuração dos ativos fixos tangíveis em referência a 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), nos termos da isenção permitida pela NCRF 3 – Adoção pela Primeira vez das NCRF.

A Empresa adotou como custo considerado o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o anterior normativo contabilístico em vigor, o Plano Oficial de Contabilidade (“POC”).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de Bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “ (Gastos) / Reversões de depreciação e amortização”.

As despesas de manutenção e reparação (dispendios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transfiram substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. O custo dos ativos intangíveis adquiridos numa concentração de atividades empresariais é o seu justo valor à data de aquisição.

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas e indefinidas. As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de Bens</u>	<u>Anos</u>
Programas de computador	3

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas são amortizados por um período máximo de dez anos e são testados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação que o ativo pode estar em imparidade (Nota 3.5).

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “ (Gastos) / Reversões de depreciação e amortização”.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como *goodwill* e é mantido no valor de investimento financeiro, sendo amortizado em 10 anos conforme definido pela NCRF 6. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

3.7 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com o critério do custo ou custo amortizado.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria registados no balanço com maturidade residual inferior a três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Os ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de notas de débito e não inclui impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base no período de vigência dos contratos que lhe estão subjacentes, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.9 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

Estimaram-se vidas úteis para os ativos fixos tangíveis e intangíveis equivalentes às taxas máximas permitidas para efeitos fiscais, considerando que estas se ajustavam ao tipo de ativos existentes na Empresa.

b) Análises de imparidade de ativos fixos intangíveis e goodwill

Na análise de imparidade dos ativos fixos intangíveis e para o *Goodwill*, utilizou-se o método de descontos de fluxos de caixa futuros, calculados a 31 de dezembro de 2018. A análise teve por base o *budget* reportado para o exercício de 2019 e a extrapolação deste para os restantes anos de vida útil dos *goodwill*, por se considerar que esta informação estará próxima da realidade da evolução do negócio de corretagem de seguros e resseguro prevista para o Grupo AON.

c) Análise de imparidade de contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

d) Provisões

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas estimadas.

Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado.

e) Análise de realização dos ativos por impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação e legislação fiscal que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.11 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.12 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Empresa desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as atividades correntes da Empresa.

3.13 Benefícios pós-emprego

Planos de contribuição definida

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa.

Planos de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o método de reconhecimento direto na demonstração de resultados do exercício.

O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

3.14 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.15 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e depósitos a prazo constituídos para efeitos de garantia bancária. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalha-se conforme se segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Numerário	414	490
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	16.098.881	11.987.406
Depósitos a prazo	112.379	112.379
	16.211.674	12.100.275

A variação positiva registada em depósitos bancários advém, essencialmente, das atividades operacionais da empresa e do retorno de investimentos em subsidiárias.

5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício 2018 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações aplicáveis

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram as seguintes alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016:

NCRF 6 - Ativos Intangíveis

Amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida:

Um ativo intangível com uma vida útil indefinida é amortizado num período máximo de 10 anos.

Atualmente, a empresa tem registado nos seus livros contabilísticos *Goodwill* derivado de fusões ou aquisições realizadas, e que por não terem vida útil definida, começaram a ser amortizados em 2016, de acordo com a nova Diretiva, considerando uma vida útil de 10 anos.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2018					
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	957.610	48.787	653.531	22.329	1.682.257
Aquisições	-	4.167	109.523		113.690
Abates	-		(609)		(609)
Saldo final	957.610	52.954	762.445	22.329	1.795.338
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	(618.817)	(13.960)	(501.449)	(6.283)	(1.140.509)
Depreciações do exercício	(66.238)	(7.009)	(81.541)		(154.788)
Abates	-		609		609
Outras Variações			5.129		5.129
Saldo final	(685.055)	(20.970)	(577.252)	(6.283)	(1.289.559)
Ativos líquidos	272.555	31.984	185.193	16.046	505.779

31 de dezembro de 2017					
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	1.095.780	24.226	648.422	22.329	1.790.757
Aquisições	45.645	24.561	41.663		111.869
Abates	(183.815)		(36.554)		(220.369)
Saldo final	957.610	48.787	653.531	22.329	1.682.257
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	(698.661)	(7.678)	(467.916)	(3.510)	(1.177.765)
Depreciações do exercício	(103.972)	(6.282)	(72.860)		(183.114)
Transferências			2.773	(2.773)	-
Abates	183.815		36.554		220.369
Saldo final	(618.817)	(13.960)	(501.449)	(6.283)	(1.140.509)
Ativos líquidos	338.793	34.827	152.082	16.046	541.748

Os investimentos efetuados no exercício de 2018, no montante de 113.690 Euros, ocorreram, quase na sua totalidade, na rubrica de “Equipamento administrativo”, os quais registaram um investimento de 109.523 Euros, referentes essencialmente a renovação de equipamento informático – hardware.

As depreciações do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de 154.788 Euros (183.114 Euros em 2017), foram registadas na rubrica de “ (Gastos) /reversões de depreciação e de amortização” (Nota 24).

7 LOCAÇÕES

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com edifícios, viaturas automóveis e equipamento administrativo, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos	
	31 dez 2018	31 dez 2017
Até 1 ano	601.992	481.029
Entre 1 ano e 5 anos	1.799.816	1.400.093
A mais de 5 anos	769.661	593.925
	3.171.469	2.475.047

As responsabilidades assumidas com um prazo superior a 5 anos referem-se, exclusivamente, a contratos de arrendamento de escritórios.

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são detalhados conforme se segue:

	Gasto do período	
	2018	2017
Pagamentos mínimos	550.189	529.529

8 ATIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL

Durante os exercícios findos 31 de dezembro de 2018 e 2017 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2018			
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Total Ativos Intangíveis
			Goodwill
Ativos			
Saldo inicial	51.332	4.117.885	4.169.217
Aquisições	6.463		6.463
Saldo final	57.795	4.117.885	4.175.680
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	(39.740)	(894.495)	(934.235)
Amortizações do exercício	(7.950)	(402.924)	(410.874)
Saldo final	(47.690)	(1.297.419)	(1.345.109)
Ativos líquidos	10.105	2.820.466	2.830.571

31 de dezembro de 2017			
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Total Ativos Intangíveis
			Goodwill
Ativos			
Saldo inicial	34.058	4.117.885	4.151.943
Aquisições	17.388		17.388
Outras Variações	(114)		(114)
Saldo final	51.332	4.117.885	4.169.217
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	(24.861)	(491.571)	(516.432)
Amortizações do exercício	(14.907)	(402.924)	(417.831)
Outras Variações	28		28
Saldo final	(39.740)	(894.495)	(934.235)
Ativos líquidos	11.592	3.223.390	3.234.982

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa apresenta nas suas demonstrações financeiras um *goodwill* no montante de 7.011.532 Euros, gerado nos exercícios de 1999 e 2000 no âmbito da aquisição de três entidades cuja atividade se centrava na corretagem de seguro: (i) Lima & Associados – Mediadores de Seguros, S.A.; (ii) Aon Gil y Carvajal Portugal, Lda.; e (iii) A.G.Y.C.- Corretores de Seguros, Lda..

Adicionalmente, a Empresa apresenta também o montante de 4.029.238 Euros incluídos na rubrica “Outros ativos intangíveis” relativo à aquisição faseada da totalidade do capital social da Aon Re Bertoldi, cuja atividade operacional incide sobre a corretagem de resseguro. Este montante foi gerado no decurso dos exercícios de 2012 e de 2007, no montante de 1.967.492 Euros e 2.061.746 Euros, respetivamente.

De acordo com o já referido na Nota 5, os goodwill registados na empresa estão a ser objeto de amortização desde o exercício de 2016, considerando uma vida útil de 10 anos, de acordo com Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, o qual veio alterar a NCRF 6, no que respeita a ativos intangíveis sem vida útil definida.

Por outro lado, a alteração à NCRF 6 não vem invalidar o estipulado na NCRF 12 e conforme descrito na Nota 3.5 e previsto no normativo em vigor à data de balanço, anualmente, a Empresa procede à avaliação destes ativos por forma a detetar se os mesmos se encontram em imparidade. Para tal, é efetuada uma análise detalhada para cada um dos ativos e que tem por base o método dos fluxos de caixa descontados. Este método consiste na avaliação dos benefícios económicos futuros gerados por um ativo ou unidade geradora de caixa, tendo em consideração os fluxos de caixa futuros estimados com base na sua atividade operacional, atualizados para o momento presente a uma taxa de desconto que pretende refletir o custo de oportunidade do capital aplicado na concentração da atividade empresarial.

A taxa de desconto utilizada tem por base: (i) a remuneração das obrigações do tesouro (sem risco) europeias; (ii) um prémio de risco de mercado de Portugal; e (iii) um prémio de risco associado ao sector de corretagem de seguro ou resseguro, conforme o ativo que esteja a ser avaliado.

Em 31 de dezembro de 2018, os resultados dos estudos efetuados não revelaram quaisquer indícios de imparidade nos ativos em análise, motivo pelo qual o seu valor contabilístico não sofreu qualquer alteração face ao exercício anterior.

As perdas por imparidade em “Outros Ativos Intangíveis” foram reconhecidas no exercício de 2011. As perdas reconhecidas referem-se ao valor de aquisição de uma carteira de clientes relativa à linha de negócio *Aon Direct Group* (“ADG”) a uma entidade do Grupo. Foi entendimento da empresa que esta aquisição não irá alterar de, forma determinante, o negócio de ADG em Portugal, tendo reconhecido no exercício anterior perda de imparidade para o montante de capital investido.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa não procedeu ao abate de qualquer ativo fixo intangível.

As amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de 1.112.027 Euros (1.118.984 Euros em 2017), foram registadas na rubrica de “ (Gastos) / reversões de depreciação e de amortização” (Nota 24).

9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Participações financeiras:		
Saldo inicial	7.147.142	7.544.897
Regularizações - Método equivalência patrimonial	835.137	1.025.491
Outras variações	(5.883.537)	(1.423.246)
Saldo final	2.098.742	7.147.142

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as regularizações efetuadas no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial resultaram, exclusivamente, da apropriação do resultado líquido da Aon Portugal Consultores, Unipessoal, Lda e da Aon Re Bertoldi – Corretagem de Seguros, S.A., pela Empresa.

O valor registado em “Outras variações” está relacionado com a distribuição de dividendos por parte da participada Aon Re Bertoldi, SA, quer relativos ao exercício de 2017, quer relativos aos resultados transitados de anos anteriores.

Em 31 dezembro de 2018 e 2017, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

31 de dezembro de 2018								
	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado Líquido	Participação detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiárias:								
Aon Portugal - Consultores, Unipessoal, Lda.	598.917	47.006	551.910	197.779	12.553	100%	12.553	551.910
Aon Re Bertoldi - Corretagem de Resseguros, S.A.	5.131.638	3.584.807	1.546.832	2.581.594	822.584	100%	822.584	1.546.832
							835.137	2.098.742

31 de dezembro de 2017								
	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado Líquido	Participação detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiárias:								
Aon Portugal - Consultores, Unipessoal, Lda.	603.640	64.283	539.358	258.244	98.672	100%	98.672	539.358
Aon Re Bertoldi - Corretagem de Resseguros, S.A.	8.518.737	1.910.953	6.607.785	2.477.232	930.039	100%	930.039	6.607.785
							1.028.710	7.147.142

A Aon Portugal – Consultores, Unipessoal, Lda., tem como principal atividade a prestação de serviços em consultadoria e assessoria a carteiras de seguros de clientes, tendo a mesma sede que a Empresa.

A Aon Re Bertoldi – Corretagem de Resseguros, S.A. tem como atividade principal a mediação de resseguros. A sede desta participada também está estabelecida nas mesmas instalações da Aon Portugal, apesar de desenvolver a sua atividade na Rua do Ferragial n.º7, em Lisboa.

A Empresa encontra-se dispensada de preparar demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que a Aon Portugal, SA, bem como as restantes empresas do Grupo Aon a operar em Portugal, são incluídas na consolidação de contas da casa-mãe, a qual se encontra sediada em Londres, Inglaterra.

Empresa Consolidante	Sede	País
Aon Global Limited, plc	8 Devonshire Square, London EC2M 4PL	England

Os Outros Ativos Financeiros registados no balanço da empresa, no valor de 16.642 euros, no final do exercício, respeitam às contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), exigidas por lei para os novos contratos de trabalho.

10 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, acrescida de: (i) Derrama à taxa de 1,5% calculada sobre o lucro tributável; (ii) de Derrama Estadual à taxa de 3% calculada sobre o lucro tributável entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros e 5% acima daquele montante; e (iii) tributações autónomas definidas pelo Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões e inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

O gasto estimado com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	555.142	618.708
Ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores	-	-
	555.142	618.708
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	(20.640)	(16.690)
Gasto com Impostos sobre o Rendimento	534.502	602.019

	<u>31 dez 2018</u>	<u>31 dez 2017</u>
Resultado líquido do período	<u>1.104.095</u>	<u>1.527.034</u>
Diferenças permanentes:		
Acréscimos:		
Estimativa de imposto do exercício	534.502	602.019
Depreciações e amortizações não aceites como gastos	1.104.077	1.104.077
Ajudas de custo e encargos por deslocação em viatura própria	41.453	38.038
Perdas imparidade em créditos não dedutíveis ou para além dos limites legais	44.753	79.003
Benefícios de empregados - fundos de pensões	46.981	-
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	8.023	8.568
Anulação do efeito do Método de equivalência patrimonial		3.219
Correções exercícios anteriores	779	10.247
Outros	8.747	11.615
Deduções:		
Anulação do efeito do Método de equivalência patrimonial	(835.137)	(1.028.721)
Benefícios fiscais	(103.106)	(95.758)
Reversão de perdas por imparidade tributadas		-
Reversão de provisões tributadas		
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso estimativa	(9.423)	(7.332)
Outros		(5.043)
	<u>1.945.743</u>	<u>2.246.965</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa normal	<u>408.606</u>	<u>471.863</u>
	<u>408.606</u>	<u>471.863</u>
Derrama	29.186	33.704
Derrama estadual	13.372	22.409
Tributações Autónomas	103.977	90.732
Gasto com Impostos sobre o Rendimento	<u>555.142</u>	<u>618.708</u>

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	<u>Ativos por impostos diferidos</u>		<u>Passivos por impostos diferidos</u>	
	<u>31 dez 2018</u>	<u>31 dez 2017</u>	<u>31 dez 2018</u>	<u>31 dez 2017</u>
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Contas a receber de clientes	42.008	31.939		
Diferenças derivadas dos planos de pensões de contribuição definida	-	-	183.371	193.942
	<u>42.008</u>	<u>31.939</u>	<u>183.371</u>	<u>193.942</u>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi como se segue:

	2018		2017	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	31.939	193.942	14.163	192.856
Efeitos em resultados:				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Contas a receber de clientes	10.069	-	17.776	-
Diferenças derivadas dos planos de pensões de contribuição definida	-	(10.571)	-	1.086
Saldo final	42.008	183.371	31.939	193.942

11 ATIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são detalhadas conforme se segue:

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
Ativos financeiros	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	414		414	490		490
Depósitos à ordem	16.098.881		16.098.881	11.987.406		11.987.406
Depósitos a prazo	112.379		112.379	112.379		112.379
	16.211.674	-	16.211.674	12.100.275	-	12.100.275
Ativos financeiros ao custo amortizado:						
Clientes	2.211.072	186.702	2.024.371	2.310.717	141.949	2.168.768
Terceiros - Tomadores de seguro	12.185.335		12.185.335	11.199.066		11.199.066
Terceiros - Seguradoras	432.931		432.931	339.558		339.558
Estado e outros entes públicos	126.509		126.509	127.589		127.589
	14.955.847	186.702	14.769.146	13.976.930	141.949	13.834.981
Ativos financeiros ao custo:						
Outras contas a receber	2.004.191		2.004.191	2.263.313		2.263.313
	33.171.712	186.702	32.985.011	28.340.518	141.949	28.198.569

O saldo apresentado na rubrica “Clientes” no montante de 2.211.072 Euros (2.168.768 Euros em 2017), refere-se às comissões de corretagem de seguro inerentes aos recibos de prémio pendentes de receber dos clientes das seguradoras, bem como a honorários de consultadoria de seguros faturados a clientes diretos da empresa.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica “Terceiros – Tomadores de seguro”, no montante de 12.185.335 Euros (11.199.066 Euros em 2017), refere-se aos prémios pendentes de receber dos clientes das seguradoras e cujos montantes serão para transferir para as seguradoras.

A rubrica de “Terceiros – Seguradoras” no montante de 432.931 Euros (339.558 Euros em 2017), inclui, essencialmente, comissões diretas a receber das seguradoras ou valores a haver de seguradoras por pagamentos efetuados por conta das mesmas, como é o caso de recibos de indemnização e estornos.

O saldo das imparidades registadas, em 31 de dezembro de 2018, relativamente a contas a receber de clientes ascende a 186.702 Euros, verificando-se assim um incremento de 32% face ao ano anterior. Este aumento ficou-se a dever, essencialmente, à antiguidade do pendente relacionado com faturação de serviços a seguradoras.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Outras contas a receber” apresenta a seguinte composição:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Benefícios de reforma a liquidar (Nota 16)	814.981	861.961
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Comissões de clientes	531.056	746.722
Juros de aplicações financeiras	3.072	1.817
Credores por acréscimos de gastos		
Comissões a subagentes	12.305	14.230
Empresas do grupo	568.514	608.568
Cauções	35.337	28.291
SalDOS com pessoal	-	1.724
Outros	38.926	-
	2.004.191	2.263.313

12 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Serviços faturados antecipadamente	125.990	108.292
Rendas	10.468	30.832
Outros	1.840	8.025
	138.299	147.149

13 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.878.958 ações com o valor nominal de 5 Euros, cada, ascendendo a 14.394.790 Euros.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2018, a reserva legal ascendia a 962.200 Euros (885.848 Euros em 2017), representando assim 7% do capital realizado (6,2% em 2017). A variação ocorrida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 respeita à aplicação do resultado do exercício de 2017.

Outros instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, existiam prestações suplementares, registadas na rubrica “Outros instrumentos de capital próprio”, no montante de 3.571.100 Euros. Estas prestações suplementares de capital não poderão ser reembolsadas caso essa operação reduza os capitais próprios a um valor inferior ao da soma do capital social e da reserva legal.

Embora a empresa já se encontre em condições de proceder ao reembolso das prestações suplementares à casa-mãe, não foi ainda tomada decisão por parte da administração nesse sentido.

Aplicações

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o Conselho de Administração propôs que a aplicação do resultado líquido do exercício de 2018, no montante de 1.104.095 Euros, fosse distribuído da seguinte forma: a) transferência de 5% para a rubrica de “Reservas Legais” no montante de 55.205 Euros; b) distribuição de dividendos pelo único acionista, no valor correspondente aos restantes 95%, num total de 1.048.890 Euros. A aplicação de resultados foi deliberada em conformidade com a proposta do Conselho de Administração durante a reunião de 28 de março de 2019 da Assembleia Geral de Acionistas.

Distribuições

No âmbito da aplicação de resultados, a empresa decidiu conceder ao pessoal uma participação nos resultados de 2018, no montante de 430.512 Euros. Esta distribuição já está afeta no resultado líquido do exercício.

14 PROVISÕES

No final de 2018 e 2017, a empresa não apresentava saldos ou processos em curso que originassem a constituição de Provisões.

15 PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa tinha como passivo contingente a seguinte situação:

As responsabilidades calculadas na avaliação atuarial do fundo de pensões de benefício definido existente, não refletem o montante associado aos trabalhadores que, entretanto, tenham cessado funções na sociedade e que se mantêm ao serviço da atividade seguradora.

Devido à falta de informação e desconhecimento do percurso profissional efetuado por esses trabalhadores não é possível efetuar uma estimativa fidedigna das responsabilidades a assumir com os ex-colaboradores da empresa.

No entanto, atendendo a que o fundo de pensões da Empresa se encontra em situação de excesso de financiamento e de acordo com simulação efetuada pela entidade gestora com base em dados estimados, considera-se que o fundo tem capacidade para responder às responsabilidades associadas a ex-colaboradores da empresa.

16 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

Com data de efeito a 1 janeiro de 2011, a Empresa procedeu à alteração do seu Fundo de Pensões de Benefício definido, tendo por base as seguintes considerações:

- Constituição de um novo Fundo de Pensões aberto de contribuição definida e para o qual transitaram os participantes do então existente Fundo de Pensões de benefício definido e que se encontram no ativo na Empresa.
- No âmbito do novo Fundo de Pensões de contribuição definida, alocou-se a cada participante, por transferência do anterior Fundo, um saldo inicial, correspondente ao valor atual das responsabilidades por serviços passados calculados com base no anterior plano de pensões de benefício definido e de acordo com os pressupostos da avaliação atuarial.
- Manter no Fundo de Pensões de benefício definido o valor remanescente que cobrirá integralmente as atuais responsabilidades com pensões em pagamento e que servirá ainda para financiar as respetivas atualizações que se vierem a verificar, bem como parte das responsabilidades com pensões que vierem a caber à Empresa relativas a ex-colaboradores que se venham a reformar na atividade seguradora e com direitos de pensão ao abrigo deste Fundo. Para o integral financiamento das responsabilidades atrás referidas, a Empresa fará as necessárias contribuições quando tal for necessário.

O Fundo de Pensões existente e acima mencionado foi no final de 2017, com data efeito de 01 de janeiro de 2018, transferido da Groupama Seguros de Vida para o GNB Fundos de Pensões, cujo âmbito se determina como fundo de pensões aberto designado por Fundo de Pensões Multireforma Capital Garantido. O contrato de adesão que consubstancia este plano de pensões data de 29/12/2017.

Os benefícios dos participantes deste Fundo de Pensões obedecem:

Ao estabelecido no CCT do setor segurador na sua redação de 1995, cujo texto consolidado se encontra publicado no BTE nº 32 de 29 de agosto de 2008, e abrange apenas população reformada.

De acordo com o informado à data da transferência, podem existir eventuais direitos adquiridos face aos benefícios estabelecidos no CCT, relativos a população ainda ativa nesta data, mas desconhecida, por não serem atualmente colaboradores ativos do associado.

As pensões são pagas 14 vezes ao ano, não havendo lugar a reversibilidade da pensão em pagamento em caso de morte do beneficiário.

Está prevista no CCT uma atualização anual das pensões correspondente à taxa de variação do IPC (sem habitação) mas, a pensão atualizada, adicionada à pensão atribuída pelo RGSS nunca poderá ser superior ao valor do último salário efetivo mensal na data da reforma (sem atualização portanto). Consequentemente, a pensão a cargo do Plano não podendo ser reduzida, pode manter-se inalterada sem qualquer atualização.

Estrutura Populacional

De acordo com os dados registados em dezembro de 2018 pela GNBGA a população conhecida, em análise no presente relatório, apresentava a seguinte estrutura:

	Número	Idade média	Pensão (média anual)
Reformados	6	80	1.999

Valores em euros, quando aplicável.

A pensão mais elevada em pagamento representa 46,5% do total de pensões em pagamento e corresponde a um participante cuja idade atuarial ultrapassa já a esperança média de vida fornecida pela tábua utilizada, para a idade média da população, ou seja, 80 anos. A EMV nesta idade é de 10,2 anos.

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em 31 de dezembro de 2018 pelo GNB Fundos de Pensões.

O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	2018	2017
Taxa de desconto	1,00%	1,50%
Taxa técnica de juro	1,00%	1,50%
Taxa esperada de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Tábua de mortalidade	GKF 95	TV 88/90
Tábua de invalidez	Suisse Re	Suisse Re
Idade normal de reforma	65	65
Número de pagamento das pensões	14	14

A duration média das responsabilidades do plano de benefícios, apurada no ano em curso, foi de 7,2 anos. As taxas de desconto indicativas para a zona euro, a 30 de novembro de 2018, situavam-se, para a duration indicada, em cerca de 1%, ou ligeiramente acima, pelo que se manteve o pressuposto do ano anterior, utilizado no cenário de financiamento como taxa técnica.

Já a tábua de mortalidade, utilizada por algumas seguradoras na comercialização de rendas vitalícias, considerou-se prudentemente adequada à população em análise.

No que respeita ao aumento das pensões em pagamento não existe informação passada mas, tendo em conta a limitação enunciada acima, a experiência no setor e a idade dos beneficiários, no ano precedente, considerámos que a possibilidade de aumentos era quase inexistente. Contudo, por se tratar de um plano com aumentos obrigatórios ainda que limitados, considerámos uma taxa de crescimento de pensões de 1%

o que se veio a revelar prudente já que no ano em curso as pensões foram aumentadas em 1,4%. Por não termos informação comparativa optámos por manter inalterado o pressuposto de 1% de crescimento.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica “Gastos com o pessoal” (Nota 23):

	2018	2017
Custo de juros	(1.247)	(1.401)
Retorno esperado dos ativos do plano	(21.706)	9.962
Ganhos/perdas atuariais reconhecidos	(27.530)	2.320
Total de gastos / (ganhos)	(50.483)	10.881

Os movimentos no valor presente da obrigação de benefícios definidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são descritos conforme se segue:

	2018	2017
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	89.122	97.678
Custo dos juros	1.247	1.401
(Ganhos)/perdas atuariais	27.530	1.873
Benefícios pagos	(11.995)	(11.829)
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	105.904	89.122

Os movimentos no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são descritos conforme se segue:

	2018	2017
Saldo inicial - justo valor dos ativos do fundo	951.083	954.814
Ajuste final ano anterior	3.502	
Retorno esperado dos ativos	(21.706)	9.962
Ganhos/(perdas) atuariais	-	(1.864)
(Ganhos)/perdas com cortes	-	-
Benefícios pagos	(11.995)	(11.829)
Saldo final - justo valor dos ativos do fundo	920.885	951.083

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os ativos do fundo de pensões geraram um retorno real negativo no montante de 21.706 Euros.

Em 31 de dezembro de 2018 o justo valor dos ativos que compõem o fundo de pensões contratado pela Empresa ascende a 920.885 Euros (951.083 Euros em 2017), face a responsabilidades pelos benefícios definidos que, naquela data, ascendem ao montante de 105.904 Euros (89.122 Euros em 2017). Desta forma, em 31 de dezembro de 2018, o fundo de pensões apresenta uma posição excedentária em 814.981 Euros (861.961 Euros em 2017) (Nota 11) face às responsabilidades incorridas pela Empresa por serviços passados.

	31 dez 2018	31 dez 2017
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	(105.904)	(89.122)
Justo valor dos activos do fundo	920.885	951.083
	814.981	861.961

Benefícios pós-emprego – planos de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias no montante correspondente a 2% do vencimento mensal do empregado para um fundo de pensões que abrange a totalidade dos empregados com mais de 2 anos de antiguidade. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições.

O gasto total reconhecido com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ascendeu a 149.533 Euros (Nota 23).

17 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Passivo financeiro não corrente		
Outras contas a pagar (Nota 18)	140.736	339.859
	140.736	339.859
Passivo financeiro corrente		
Fornecedores:		
Fornecedores, conta corrente	124.456	232.274
Outros passivos financeiros:		
Terceiros - Tomadores de seguro	619.939	348.305
Terceiros - Seguradoras	16.561.146	17.945.522
Adiantamentos de clientes (Nota 18)	19.301	6.597
Outras contas a pagar - Subagentes	314.568	383.041
Outras contas a pagar (Nota 18)	2.332.890	2.122.113
	19.847.844	20.805.578
	20.113.036	21.377.711

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica “Terceiros – Tomadores de seguro”, no montante de 619.939 Euros (348.305 Euros em 2017) refere-se a recibos de indemnização ou estornos registados e que, naquela data, ainda não tinham sido pagos por parte das seguradoras aos clientes ou descontados por estes em prémios a liquidar.

A rubrica de “Terceiros – Seguradoras” cujo saldo ascendeu ao montante de 15.561.146 Euros e 17.945.522 Euros em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respetivamente, inclui não só os prémios de recibos cobrados de clientes das companhias de seguro e ainda não liquidados a estas, como também os prémios pendentes de cobrança e que serão transferidos para as seguradoras após boa cobrança. A variação registada decorre meramente da atividade normal da empresa e das datas em que os tomadores de seguro liquidam os prémios à empresa.

O saldo apresentado na rubrica de “Subagentes” em 31 de dezembro de 2018 no montante de 314.568 Euros (383.041 Euros em 2017), corresponde às comissões de corretagem de seguro a ceder a subagentes no âmbito de acordos comerciais estabelecidos.

18 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas “Adiantamentos de clientes” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	<u>31 dez 2018</u>	<u>31 dez 2017</u>
Outras contas a pagar - não corrente:		
Acréscimos planos incentivos diferidos	140.736	339.859
	<u>140.736</u>	<u>339.859</u>
Adiantamentos de clientes - corrente:		
Corretagem de seguros	19.301	6.597
	<u>19.301</u>	<u>6.597</u>
Outras contas a pagar - corrente:		
Credores por acréscimos de gastos	2.008.464	1.656.401
Empresas do grupo	296.701	454.940
Fornecedores de Investimentos	-	-
Despesas de pessoal	18.442	8.421
Outros	9.284	2.350
	<u>2.332.890</u>	<u>2.122.113</u>

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica de “Credores por acréscimos de gastos” respeita, essencialmente, a:

- (i) Remunerações a pagar aos empregados relativamente a férias e subsídio de férias, acrescidas dos respetivos impostos, que serão liquidadas no ano seguinte no montante de 758.576 Euros (734.243 Euros em 2017);
- (ii) Participação nos resultados concedida ao pessoal no montante de aproximadamente 430.512 euros (381.217 Euros em 2017);
- (iii) Gratificações extraordinárias a pagar aos colaboradores no montante de 89.549 Euros (46.383 Euros em 2017); e,
- (iv) Serviços externos no montante de, aproximadamente, 503.548 Euros (494.558 Euros em 2017) prestados por terceiros nas áreas de suporte e gestão de aplicações informáticas, serviços profissionais de consultadoria e trabalho temporário, para os quais a Empresa não havia rececionado a respetiva fatura à data de balanço, bem como de serviços prestados por outras empresas do grupo internacional.

O saldo da rubrica “Empresas do grupo” e que agrega as contas a pagar a empresas do grupo Aon respeita, essencialmente, a (i) comissões e fees de corretagem a pagar a outros escritórios Aon; e (ii) fatura de Network Alignment a pagar à Aon Limited, UK.

19 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	31 dez 2018		31 dez 2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	-	92.523	162	81.027
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	88.669	-	90.703
Imposto sobre o Valor Acrescentado	126.509	180.818	127.426	179.848
Contribuições para a Segurança Social		109.072		108.554
	126.509	471.081	127.589	460.131

20 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	31 dez 2018	31 dez 2017
Diferimentos Passivo não corrente		
Apólices <i>multi-year</i>	214.456	319.067
	214.456	319.067
Diferimentos Passivo corrente		
Emissão de recibos anterior a data de efeito	2.153.727	1.866.818
Apólices <i>multi-year</i> - CP	104.611	104.611
Serviços faturados antecipadamente	41.750	-
Outros	-	8.765
	2.300.088	1.980.193

Os rendimentos a reconhecer por emissão de recibos referem-se a recibos emitidos pelas seguradoras e faturados pela empresa antes da data de efeito do seguro e cujo ganho apenas é reconhecido na data de efeito do recibo.

21 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é detalhado conforme se segue:

	2018	2017
Prestações de serviços	14.684.505	14.249.355
Outros rendimentos e ganhos (Nota 25)	425.158	161.677
Juros obtidos (Nota 27)	13.623	25.700
	15.123.286	14.436.732

O montante incluído na rubrica de prestação de serviços decompõe-se da seguinte forma:

	2018	2017
Comissões corretagem de seguros	11.052.522	10.783.690
Honorários corretagem	2.911.460	2.993.202
Honorários consultadoria	720.523	472.463
	14.684.505	14.249.355

22 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
Trabalhos Especializados	3.454.787	3.710.052
Publicidade e Propaganda	611.192	277.013
Rendas e Alugueres	540.355	488.504
Comissões	425.815	144.745
Deslocações e Estadas	321.548	310.351
Outros serviços diversos	125.682	137.018
Comunicação	118.210	158.590
Conservação e Reparação	97.168	114.707
Honorários	89.783	75.298
Seguros	74.347	48.314
Despesas de Representação	73.509	47.808
Energia e Fluidos	59.293	58.692
Materiais	49.865	40.268
Limpeza, Higiene e Conforto	47.470	39.837
Vigilância e Segurança	34.737	33.470
Serviços Bancários	15.668	12.918
Transportes de Pessoal	8.239	6.325
Contencioso e notariado	3.908	4.631
	6.151.576	5.708.540

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da rubrica de “Trabalhos especializados”, no montante de 3.454.787 Euros e 3.710.052 Euros, respetivamente, engloba, essencialmente: (i) honorários debitados por empresas do Grupo Aon a título de repartição de gastos, representando estes 59% do total desta rubrica (ii) gastos relacionados com trabalho temporário, cujos serviços são prestados por empresas de *outsourcing*, os quais representam 27% do total de trabalhos especializados; e (iii) diversos trabalhos especializados de consultoria de seguros, serviços de auditoria e consultoria fiscal.

Os montantes incluídos na rubrica de “Publicidade e propaganda”, incluem também o gasto relacionado com a alocação dos *Aon Brand Royalties* pagos à casa mãe. Este gasto sofreu um incremento significativo em 2018, devido ao facto da % de alocação a cada um dos países ter alterado de 1% para 2,5% sobre rendimentos locais de prestações de serviço. Esta alteração deve-se ao esforço e aumento de campanhas que a Aon tem feito globalmente em termos corporativos e que acabam por beneficiar os países localmente. Por este motivo, em 2018, registou-se um forte crescimento do gasto registado nesta rubrica (120%), em resultado do aumento das Brand Royalties, assim como pelo contínuo investimento na participação e realização de eventos e divulgação nos media, realizados localmente.

A rubrica de “Rendas e alugueres” no montante de 540.355 Euros (488.504 Euros em 2017) engloba, essencialmente, as rendas dos escritórios de Lisboa e Porto e de ALD de viaturas automóveis, parte do incremento registado em rendas de escritório é justificado pelo alargamento do escritório do Porto.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica de “Comissões” no montante de 425.815 Euros (144.745 Euros em 2017), refere-se ao valor de cedências efetuadas a subagentes ou a escritórios internacionais Aon onde os nossos clientes portugueses têm operações.

A rubrica de “Deslocações e Estadas”, registou um abrandamento no crescimento que vinha a registar nos últimos anos, apresentando apenas um crescimento de 4%, comparado com um aumento de 40% em 2017. Este abrandamento verifica-se, essencialmente, devido à política de contenção de gastos nesta área e da aposta nas novas tecnologias, como videoconferência.

Os “Outros serviços diversos” incluem os gastos com condomínio dos escritórios, gastos com arquivo documental e outros serviços.

23 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
Remunerações do pessoal	4.941.725	4.434.039
Encargos sobre remunerações	1.040.546	956.582
Benefícios pós-emprego de contribuições definidas (Nota 16)	149.533	117.201
Seguros de acidentes de trabalho e doença	122.902	153.277
Formação profissional	97.608	80.307
Tickets Infância e Educação	49.670	91.267
Indemnizações por despedimento	80.723	22.002
Benefícios pós-emprego de benefícios definidos (Nota 16)	46.981	(4.825)
Recrutamento	23.054	-
Outros gastos com o pessoal	52.348	38.353
	6.605.089	5.888.203

Em 31 de dezembro de 2018 as remunerações ao pessoal, no montante de 4.941.725 Euros (4.434.039 Euros em 2017), respeitam, essencialmente, aos montantes relativos a vencimentos, férias, subsídio de férias e de Natal, subsídio de refeição, incentivos e gratificações extraordinárias.

Os montantes relativos a incentivos são atribuídos com base no plano de performance definido pelo Grupo Aon e adotado pela Empresa.

As gratificações extraordinárias estão associadas à participação nos resultados atribuída ao pessoal no final de 2018, as quais serão pagas no decorrer de 2019 (Nota 13).

24 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é conforme se segue:

	2018	2017
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	154.788	183.114
Ativos Intangíveis (Nota 8)	1.112.027	1.118.984
	1.266.815	1.302.098

As amortizações do exercício relativas aos Ativos Intangíveis, refletem o impacto da amortização dos goodwill registados pela empresa.

25 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, é conforme se segue:

	2018	2017
Correções relativas a períodos anteriores	54.128	72.054
Outros rendimentos suplementares	314.860	62.346
Diferenças de câmbio favoráveis	10.154	16.594
Excesso da estimativa para impostos	8.454	7.332
Processos judiciais	2.550	3.088
IVA suportado (ajuste Pro-rata)	28.097	-
Alienação ativos	3.022	-
Outros	3.893	263
	425.158	161.677

A rubrica de correções relativas a períodos anteriores engloba, essencialmente, regularizações de saldos diversos.

No final de 2018, a rubrica de “Outros rendimentos suplementares”, incluía na sua globalidade os serviços alocados pela Aon Portugal à Aon Corporation pela função internacional do nosso administrador como Head - Aon Global Client Network Europe Middle East & Africa.

26 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é conforme se segue:

	2018	2017
Impostos:		
Imposto de selo	192.057	174.397
Imposto sobre Valor Acrescentado	-	49.315
Imposto Único de Circulação	-	765
Outros impostos indirectos	5.100	5.000
Diferenças de cambio desfavoráveis	3.348	63.152
Donativos	30.159	27.111
Quotizações	8.872	21.275
Responsabilidade Social	5.701	-
Correções relativas a períodos anteriores	779	10.247
Outros	5.577	12.601
	251.593	363.863

No final do exercício de 2018 e 2017, a rubrica de correções relativas a períodos anteriores engloba, essencialmente, regularizações de saldos.

27 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros e outros rendimentos obtidos e os gastos e perdas similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são detalhados conforme se segue:

	2018	2017
Juros obtidos:		
Depósitos em instituições bancárias	13.623	25.700

Os juros obtidos nos exercícios de 2018 e 2017, no montante de 13.623 Euros e 25.700 Euros, respetivamente, foram gerados, essencialmente, através de aplicações de tesouraria efetuadas através da conta bancária de *cash pooling* do grupo Aon junto do banco BMG. Estas aplicações vencem juros a taxas de mercado. A redução verificada nos juros é justificada pela redução do saldo médio bancário nesta instituição em 2018.

28 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela Aon Southern Europe y Cía, SL, com sede na C. Rosario Pino, 14-16, 28020 Madrid, Espanha. A consolidação integral de contas é efetuada a nível da casa-mãe, conforme já referido na Nota 9.

Os administradores não executivos não são remunerados pelas suas funções na Aon Portugal.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Ano 2018		Ano 2017	
	Serviços obtidos	Serviços prestados	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias			-	-
Outras partes relacionadas	3.049.466	1.735.647	2.540.176	1.413.415
	3.049.466	1.735.647	2.540.176	1.413.415

Os serviços obtidos de outras partes relacionadas decorrem das alocações de gastos efetuadas pelos serviços centrais (Aon Singapura e Aon UK), numa lógica de repartição de gastos e da repartição de comissões ou fees pela gestão de clientes internacionais. O incremento registado face ao ano anterior, nos serviços obtidos, fica-se a dever à estratégia continuada do grupo Aon na centralização de cada vez mais serviços, bem como a uma maior utilização das ferramentas globais da Aon por parte da operação portuguesa.

Os serviços prestados a outras partes relacionadas decorrem, essencialmente, do recebimento de comissões e honorários de gestão acordados entre empresas do Grupo, pela gestão de clientes internacionais.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2018			2017		
	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Contas a pagar correntes	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Contas a pagar correntes
Subsidiárias		2.098.742			7.147.142	
Outras partes relacionadas	535.544		1.233.822	218.193		3.572.420
	535.544	2.098.742	1.233.822	218.193	7.147.142	3.572.420

Os saldos das contas a receber não correntes de subsidiárias decorrem das participações financeiras da empresa nessas mesmas subsidiárias.

Os saldos a pagar e a receber de Outras partes relacionadas, referem-se a cedências de comissões, fees de gestão acordados entre empresas do Grupo e a pagamentos efetuados por conta.

Existem, ainda, saldos com partes relacionadas incluídos na conta de subagentes – conta cobrança, a título provisional, relacionados com prémios pendentes de receber e, portanto, com comissões pendentes de receber suscetíveis de serem cedidas a outras partes relacionadas – escritórios internacionais Aon. Estes saldos não estão ainda acordados entre os escritórios Aon e constituem uma previsão dos saldos a ceder a

outros escritórios, pelo que, não estão incluídos no quadro acima apresentado. O saldo incluído nesta rubrica ascende a 24.955 EUR.

No que respeita a termos e condições de pagamento, o Prazo Médio de Pagamentos (“PMP”) e o Prazo Médio de Recebimentos (“PMR”) deverá ser no máximo de 90 dias, exceto em situações pontuais em que ambas as entidades definam um período diferente. Para as transações relativas ao negócio (cedências de comissões/fees inter-grupo), o prazo de vencimento vai até à data fim do período a que respeita o gasto/rendimento.

29 PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

De seguida, passamos a apresentar a informação estabelecida no artigo 4.º, da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R, de 30 de Dezembro:

Política contabilística

A política contabilística adotada para reconhecimento das remunerações, relativas a contratos de seguro está associada à data de efeito dos recibos de prémio faturados. Nesse momento, é reconhecida a comissão devida para a totalidade do período de cobertura do recibo.

Natureza e Tipo Remunerações relacionadas com contratos de seguro

O tipo de remunerações auferidas pela empresa, durante o ano de 2017, detalham-se conforme mencionado na Nota 21 – Rédito. As remunerações relacionadas com contratos de seguro foram recebidas através de transferência bancária, cheque ou por encontro de contas com prestações de contas a efetuar às companhias de seguro.

Ramo e Origem Remunerações relacionadas com contratos de seguro

Remunerações					Remunerações				
CE	Fundo de Pensões	Ramo Vida	Ramos não Vida	%	CE	Fundo de Pensões	Ramo Vida	Ramos não Vida	%
1010	-	-	11.557	0,08%	1193	-	-	8.077	0,06%
1011	-	-	2.001.882	13,63%	1194	-	-	941.156	6,41%
1021	-	126.210	-	0,86%	1196	-	-	75.985	0,52%
1023	-	-	461.812	3,14%	1197	-	24.052	1.156.902	8,04%
1024	-	-	-	0,00%	3806	-	-	0	0,00%
1025	-	335	-	0,00%	3814	-	-	0	0,00%
1026	-	-	201.691	1,37%	4024	-	-	0	0,00%
1028	-	2.689	343.504	2,36%	4041	-	-	102.875	0,70%
1029	-	253	-	0,00%	4109	-	-	43.605	0,30%
1037	-	-	-	0,00%	4118	-	-	446.096	3,04%
1039	-	-	-	0,00%	4168	-	-	7.001	0,05%
1041	-	-	-	0,00%	4198	-	-	16.420	0,11%
1056	-	-	2	0,00%	4240	-	-	5.443	0,04%
1085	-	-	645.125	4,39%	4248	-	-	8.510	0,06%
1086	-	-	397.663	2,71%	4280	-	-	24.105	0,16%
1096	-	86.674	-	0,59%	4286	-	-	380.835	2,59%
1097	-	-	98.179	0,67%	4294	-	-	-	0,00%
1098	-	50.161	-	0,34%	4296	-	-	-	0,00%
1102	-	-	27	0,00%	4322	-	-	-5.834	-0,04%
1109	-	-	-	0,00%	4378	-	-	3.853	0,03%
1117	-	-	1.765	0,01%	4410	-	-	125.915	0,86%
1129	-	-	206.922	1,41%	4434	-	-	3.682	0,03%
1131	-	-	95.706	0,65%	4435	-	-	352	0,00%
1132	-	4.557	-	0,03%	4437	-	-	38.042	0,26%
1133	-	-	29.764	0,20%	4473	-	-	-	0,00%
1145	-	-	361.161	2,46%	4484	-	-	22.054	0,15%
1146	-	-	-	0,00%	4548	-	-	-	0,00%
1151	-	1.018	-	0,01%	4550	-	-	55.937	0,38%
1152	-	-	36.155	0,25%	4581	-	-	39.096	0,27%
1157	-	-	81	0,00%	4608	-	-	32.824	0,22%
1159	-	-	15.634	0,11%	4617	-	-	114.725	0,78%
1160	-	-	428.274	2,92%	4628	-	-	-	0,00%
1162	-	-	-	0,00%	4631	-	-	-460	0,00%
1166	-	-	77.717	0,53%	4642	-	-	-1.058	-0,01%
1168	-	-	-	0,00%	4699	-	-	10.102	0,07%
1173	-	-	212.692	1,45%	4756	-	-	22.770	0,16%
1174	-	-	-	0,00%	4774	-	-	5.148	0,04%
1177	-	-	-	0,00%	4835	-	-	15.710	0,11%
1182	-	-	-	0,00%	4846	-	-	-	0,00%
1184	-	-	314.520	2,14%	4894	-	-	294	0,00%
1186	-	2	-	0,00%	9999	15.949	-	4.675.195	31,95%
1188	-	55.415	-	0,38%		15.949	351.366	14.317.190	

Níveis de concentração

No final do exercício de 2018, não foram registados níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela empresa.

Contas a receber e pagar

Esta informação encontra-se divulgada nas Notas 11 – Ativos Financeiros e 17 – Passivos Financeiros.

Atividade de mediação de seguros

Por natureza	Saldo em 31 de dezembro de 2018	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	-	2.715.736
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	12.431.565	13.600.963
Outras quantias	186.702	-
Total	12.618.267	16.316.699

Por entidade	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	12.431.565	
Empresas de seguros		16.316.699
Outros	186.702	-
Total	12.618.267	16.316.699

Imparidade de contas a receber

Para efeitos de cálculo de imparidade de saldos a receber dos tomadores de seguro, foi considerada a média de recibos anulados nos últimos três anos, ou seja, ao valor total de comissões pendentes de receber dos tomadores de seguro, em 31 de dezembro de 2018, foi aplicada a % média de recibos anulados nos três últimos anos. No final de 2018, as perdas por imparidade acumuladas ascenderam a 186.702 Euros (Nota 11).

Adicionalmente, no âmbito do n.º 2 do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º15/2009-R, da ASF (anteriormente, Instituto de Seguros de Portugal), de 30 de dezembro, a informação a prestar é a que se segue:

Empresas de Seguros com volume de remunerações igual ou superior a 5%

		2018	%
1011	Fidelidade Companhia de Seguros	2.001.882	13,63%
1197	Seguradoras Unidas	1.180.954	8,04%
1194	Generali Companhia de Seguros	941.156	6,41%

Transações Financeiras Seguradoras / Subagentes / Tomadores de Seguro

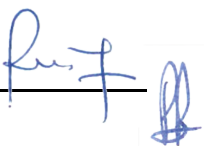
No exercício de 2018, não foram confiados fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome (n.º2, alínea b) do Artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R, da ASF.

30 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a Revisão Legal das Contas anuais ascenderam a, aproximadamente, 23.669 Euros.

Rute Cruz
(Contabilista Certificado)



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Aon Portugal, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 43.525.123 euros e um total de capital próprio de 20.243.090 euros, incluindo um resultado líquido de 1.104.095 euros), a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração de Resultados por Funções, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Aon Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido na Nota 9 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Sociedade encontra-se dispensada de preparar demonstrações financeiras consolidadas. As participações financeiras em subsidiárias encontram-se valorizadas pelo método da equivalência patrimonial. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter

origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de junho de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579
Registado na CMVM com o n.º 20161189